



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	55.966,14	55.966,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	55.966,14	55.966,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	55.966,14	55.966,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	55.966,14	55.966,14
DEFICIT (VI)			730.296.741,98	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	730.352.708,12	55.966,14



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		550.221,00	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	562.927.000,00	724.698.061,56	723.718.992,99	718.761.260,25	717.663.178,70	979.068,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	395.097.000,00	545.222.986,00	545.002.225,99	545.002.225,99	544.136.603,99	220.760,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.830.000,00	179.475.075,56	178.716.767,00	173.759.034,26	173.526.574,71	758.308,56
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	26.315.000,00	6.770.937,00	6.633.715,13	5.935.342,22	5.935.342,22	137.221,87
INVESTIMENTOS	26.315.000,00	6.770.937,00	6.633.715,13	5.935.342,22	5.935.342,22	137.221,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	589.242.000,00	731.468.998,56	730.352.708,12	724.696.602,47	723.598.520,92	1.116.290,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	589.242.000,00	731.468.998,56	730.352.708,12	724.696.602,47	723.598.520,92	1.116.290,44
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	589.242.000,00	731.468.998,56	730.352.708,12	724.696.602,47	723.598.520,92	1.116.290,44
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	2.000.783,02	1.685.232,42	1.347.253,89	228.622,43	424.906,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	2.000.783,02	1.685.232,42	1.347.253,89	228.622,43	424.906,70
DESPESAS DE CAPITAL	41.085,89	2.693.574,66	2.693.892,61	2.693.892,61	40.767,94	-
INVESTIMENTOS	41.085,89	2.693.574,66	2.693.892,61	2.693.892,61	40.767,94	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41.085,89	4.694.357,68	4.379.125,03	4.041.146,50	269.390,37	424.906,70

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2023

INFORMAÇÕES GERAIS

Ministério Público é o órgão Estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Embora não sendo um "Poder", o Ministério Público é uma instituição independente, e apesar de ligada ao Estado, não é vinculada a nenhum dos poderes da República, sendo dotada de ampla autonomia administrativa, funcional e financeira, exercendo parte da soberania estatal.

A Procuradoria-Geral de Justiça é a unidade administrativa central do Ministério Público do Estado, é a sede funcional do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Item	Descrição	Comentário
1	Bases de mensuração – Reconhecimento e Mensuração de Ativos .	Os ativos não financeiros/imobilizados foram ajustados tendo como base as diretrizes do Ato Regulamentar N.º 026/2019 – GPGJ que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados, assim como para a implementação da depreciação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1 - NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento das receitas e despesas	Os valores que constituem a receita são, na verdade, repasses realizados pelo Tesouro Estadual deduzidos do valor do superávit apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 731.405.646,20. A execução orçamentária, no exercício de 2022 foi de R\$ 730.352.708,12.
2	Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)	A Lei Orçamentária Anual autorizou inicialmente recursos no valor de R\$ 589.242.000,00. No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 142.258.821,00 e descentralização de crédito no valor R\$ 31.822,44, referente a Convênio 5/2022 celebrado entre a Procuradoria Geral de Justiça e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
3	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar .	Do total de R\$ 4.735.443,57, inscrito em restos a pagar não processado em 2023, foram pagos até o mês de dezembro o valor de R\$ 3.999.373,87 e retido o valor de R\$ 41.772,73 referente a obrigação previdenciária paga no exercício de 2024.

2 - NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP (Itens Relevantes)

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento do Imobilizado .	A conta Imobilizado é constituída por bens móveis no valor de R\$ 97.668.253,90 menos sua depreciação no valor de R\$ 53.822.938,21 e por bens imóveis no valor de R\$ 192.008.877,07. A depreciação de imóveis totalizou R\$ 5.444.764,32.
3	Detalhamento do Passivo Circulante	A conta passivo circulante é constituída por valores referentes a seguro-garantia de R\$ 8.719.422,60, consignação em folha a pagar no valor de R\$ 1.246,89, conta-caução no valor de R\$ 217.144,17, restos a pagar

2



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

		no valor de R\$ 501.229,31 e obrigações previdenciárias no valor de R\$ 1.951.119,86.
--	--	---

3 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP (Itens Relevantes)

Item	Descrição	Comentário
1	VPA - Transferências e Delegações Recebidas.	O total dos valores da conta contábil Transferências Intragovernamentais e resultante dos seguintes atos: a) valores repassados pelo Tesouro Estadual no valor de R\$ 724.918.167,62; b) transferência de bens móveis, imóveis e intangível do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão no valor de R\$ 24.617.816,57; c) transferência entre contas da mesma unidade gestora no valor de R\$ 590.059,10; d) estornos de R\$ 166.765,53.
2	VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.	O valor constante na conta uso de material de consumo é resultante, também, de despesas concedidas por meio de suprimentos de fundos.

4 – TRANSPARÊNCIA FISCAL

As ações resultantes da execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Procuradoria-Geral de Justiça, estão de forma pormenorizada e em tempo real, disponível no site oficial desta casa: <https://www.mpma.mp.br/category/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria-e-financeira/?post=2561#result>.

São Luís/MA em 19/03/2024

TATIANA ALVES DE PAULA
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS